



Guarda compartilhada é indicada em casos de desacordo entre pais

Projeto que prevê uso automático do instrumento quando o casal não chegar a um consenso diminui a possibilidade de alienação parental e beneficia 20 milhões de jovens brasileiros filhos de casamentos desfeitos, segundo participantes de audiência na Comissão de Assuntos Sociais

Genaldino Menezes/Agência Senado



O senador Waldemir Moka (4º à esq.) coordena o debate sobre proposta cujo relatório deve ser apresentado à Comissão de Assuntos Sociais na semana que vem

A divisão entre os pais da responsabilidade de cuidar dos filhos em caso de separação foi apontada como a solução mais justa por juízes e representantes de associações de pais e mães. Apenas um dos debatedores apresentou críticas a um projeto que já esteve na pauta do Plenário do Senado, mas voltou para análise em comissão. O texto prevê adoção automática da guarda compartilhada nos casos de falta de acordo. **6**

Sessão solene destaca luta contra racismo

O Senado fez ontem, Dia Nacional da Consciência Negra, sessão solene para entrega da Comenda Abdias Nascimento a sete personalidades que se destacaram

na promoção da cultura afro-brasileira. O senador Paulo Paim saudou a memória do ex-senador e militante do movimento negro que dá nome à homenagem. **8**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Um dos homenageados, o sambista Martinho da Vila canta a música *Kizomba, Festa da Raça* durante o evento

CPI Mista da Petrobras é prorrogada até 22 de dezembro **5**

Seguem para o Plenário quatro indicações de embaixadores **7**

Jovens senadores querem Semana de Direitos Humanos em escolas **2**

Governo poderá arrecadar R\$ 21,2 bi a mais em 2015

Em novo cálculo da arrecadação de 2015, o relator da Receita da proposta orçamentária, Paulo Pimenta,

prevê aumento de R\$ 21,2 bilhões. O valor eleva a receita de 2015 de R\$ 1,45 trilhão para R\$ 1,47 trilhão. **3**

Entidades pedem autonomia para Ministério da Pesca

Em debate público ontem, representantes do setor pesqueiro reivindicaram autonomia para que o Ministério da Pesca possa

gerir recursos. Segundo eles, a sobreposição de competências com o Ministério do Meio Ambiente prejudica a atividade. **4**



Benedito de Lira (4º à esq.) coordena o debate na Comissão de Agricultura

Infância & Paz
VII Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz

Neurociências e Educação na Primeira Infância: progressos e obstáculos

25 A 27 DE NOVEMBRO DE 2014 | SENADO FEDERAL - BRASÍLIA
INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES: WWW.SENADO.LEG.BR/INFANCIAEPAZ

Senado discute pesquisas de opinião com Estados Unidos

Funcionário do Departamento de Estado dos EUA, Andrew Stein relatou experiências do governo norte-americano na elaboração de pesquisas de opinião e conheceu o trabalho do DataSenado na área

AS PESQUISAS DE opinião feitas por órgãos públicos no Brasil e nos Estados Unidos foram tema de reunião ontem entre o diretor do Escritório de Pesquisa de Opinião Pública do Departamento de Estado dos EUA, Andrew Stein, e representantes do ILB/Interlegis, da Diretoria-Geral do Senado, do DataSenado e do Alô Senado. O encontro, no ILB, foi solicitado pela embaixada americana.

Stein contou que as pesquisas de opinião feitas pelo poder público nos EUA, diferentemente do Brasil, são de responsabilidade do Executivo. Os temas se concentram na área da política externa. O DataSenado, por exemplo, faz

pesquisas tanto sobre temas ligados ao Legislativo como sobre assuntos que estão em discussão na sociedade.

Marcos Ruben de Oliveira, estatístico do DataSenado, explicou que os temas a que o órgão se dedica têm cunho social e impactam o trabalho não só do Legislativo como também dos outros Poderes.

— A pesquisa que fizemos sobre a violência contra a juventude negra no Brasil pode auxiliar a secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República na elaboração de políticas nessa área — exemplificou Marcos Ruben.

O escritório americano atua em mais de 90 países.

Segundo Stein, o resultado das pesquisas, com temas que são avaliados pelos diplomatas, não é publicado nos EUA. Ele relatou uma curiosa relação do Executivo americano com as pesquisas.

— Desde os anos 30, todo presidente dos EUA tem o seu próprio pesquisador de opinião pública. O primeiro deles foi o Roosevelt — disse.

A diretora-geral-adjunta de Gestão, Ilana Trombka, afirmou que o Senado está aberto a futuras parcerias.

— Podemos negociar parcerias na área de treinamento e capacitação e podemos manter contato para que tenhamos uma boa troca de experiências — afirmou Ilana.



Sugestões de propostas legislativas foram discutidas pelos estudantes

Jovens senadores aprovam Semana dos Direitos Humanos nas escolas

Os estudantes que participam do Projeto Jovem Senador aprovaram as três sugestões legislativas encaminhadas ao Plenário Jovem ontem. Agora, os documentos serão encaminhados à comissão organizadora do projeto, para que as sugestões recebam uma redação final, e posteriormente irão à Comissão de Direitos Humanos (CDH). Se aprovadas nessa comissão, as sugestões passam a tramitar como projeto de lei na Casa.

O Projeto de Lei do Senado Jovem 1/ 2014 institui a Semana dos Direitos Humanos nas escolas do país, que deve ser realizada sempre na primeira semana de maio de cada ano. Nesse período, de-

vem ser realizadas palestras, gincanas e outras atividades sobre o tema.

Já o Projeto de Lei do Senado Jovem 2/2014 estabelece medidas de preservação dos recursos naturais e valorização das populações tradicionais.

O terceiro projeto aprovado (3/2014) proíbe a utilização dos royalties do petróleo para outros fins que não saúde e educação. A proposta determina que os recursos dos novos campos de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos de comercialização autorizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) financiem exclusivamente saúde e educação.

Congresso lamenta morte do jurista Márcio Thomaz Bastos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, divulgou nota, em nome do Congresso, lamentando a morte, aos 79 anos, do advogado Márcio Thomaz Bastos. O ex-ministro da Justiça e destacado criminalista estava internado desde a terça-feira para tratar um problema pulmonar. Ele faleceu ontem no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo.

Na nota, Renan elogiou o trabalho desenvolvido por Márcio Thomaz Bastos nas altas cortes do país, destacando a participação em movimen-

tos populares e a atuação na acusação dos assassinos do líder ambientalista Chico Mendes.

Em Plenário, Jorge Viana (PT-AC) apresentou requerimento para a inserção em ata de voto de pesar, por parte do Senado, pela morte do ex-ministro e o envio de condolências à família. Viana ressaltou a dedicação de Thomaz Bastos, quando ministro da Justiça, e o papel dele no aprimoramento da democracia e do estado de direito no país.



A diretora-geral-adjunta de Gestão, Ilana Trombka, coordena reunião com membros do Departamento de Estado dos EUA

Pimentel elogia herói cearense abolicionista



Ao saudar a entrega da Comenda Abdias Nascimento, homenagem que o Senado fez ontem aos que colaboraram para o fim da escravidão no Brasil, José Pimentel (PT-CE) destacou que o herói cearense Francisco José do Nascimento foi um dos homenageados.

O senador lembrou que Francisco José Nascimento ficou conhecido como Dragão do Mar por ter liderado o movimento de jangadeiros que, no século 19, impediu o embarque e desembarque de escravos no litoral cearense. O movimento forçou o Ceará a decretar, pioneiramente, em 1884, a libertação dos escravos.

Pimentel afirmou que o Dia da Consciência Negra é uma data importante de reflexão sobre a luta contra a escravidão e as desigualdades no Brasil.

— A data sugere uma reflexão e nos estimula a pensar sobre as desigualdades sociais e raciais, para que possamos apontar as transformações necessárias em direção da igualdade em todos os aspectos. No Brasil, tanto tempo decorreu desde o tempo da escravatura, mas ainda temos um grande débito com esta imensa parcela da população — disse o senador.

Anibal anuncia recursos para vítimas de enchente no Acre



Anibal Diniz (PT-AC) comunicou que o governo federal vai destinar ao município de Tarauacá, no Acre, R\$ 794 mil já no início da próxima semana. O dinheiro será destinado ao socorro das vítimas da enchente dos Rios Tarauacá e Muru, que deixou

15 mil pessoas desabrigadas. Ele informou que a cidade tem 19 mil habitantes na área urbana.

Anibal disse que a liberação da verba foi garantida a ele e ao senador Jorge Viana (PT-AC) pelo ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira.

O senador informou que o prefeito de Tarauacá, Rodrigo Damasceno, decretou situação de emergência no município na terça-feira. Ele manifestou solidariedade ao prefeito e ao povo de Tarauacá, acrescentando que o governador, Tião Viana, certamente está atento à situação.

— Vamos torcer muito para que isso não seja o prenúncio de mais uma grande enchente no estado do Acre. No ano passado a gente já sofreu muito com a enchente do Rio Madeira, que deixou o Acre praticamente isolado por quase 60 dias — lembrou.

Waldemir Barreto/Agência Senado

Waldemir Barreto/Agência Senado

Jefferson Ruy/Agência Senado

Gerardo Magalhães/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos e comunicados da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Governo poderá ter arrecadação maior em 2015

Paulo Pimenta, relator da Receita do projeto de lei orçamentária para 2015, apresentou parecer estimando um aumento de R\$ 21,2 bilhões na arrecadação no próximo ano

O GOVERNO DEVERÁ contar com R\$ 21,2 bilhões a mais na arrecadação em 2015. É o que prevê o relator da Receita da proposta orçamentária de 2015, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), em parecer que reestima a arrecadação federal para o próximo ano, a ser votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Com o recurso adicional, a receita total passa de R\$ 1,45 trilhão para R\$ 1,47 trilhão.

Parte do acréscimo (R\$ 2,5 bilhões) será transferida para estados e municípios, por meio dos fundos de participação e outras obrigações legais. Assim, a União ganha, na proposta orçamentária, o acréscimo líquido de R\$ 18,7 bilhões. Esse recurso deverá ser utilizado pelo relator-geral da Proposta de Lei Orçamentária Anual de 2015 (PLN 13/2014), senador Romero Jucá (PMDB-RR), para atender demandas que chegam ao Congresso durante a tramitação do projeto, como recursos para emendas de deputados e senadores.

Jucá deverá destinar R\$ 3,9 bilhões para os estados, como fomento às exportações (Lei Kandir), uma vez que a proposta orçamentária em tramitação no Congresso não prevê recursos para essa finalidade.

Do ponto de vista legal, observa Paulo Pimenta no relatório, as estimativas de receita no projeto da lei orçamentária de 2015 atendem ao que dispõem a Constituição e a legislação pertinente, em particular a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor. As normas,

segundo o relator, refletem as legislações tributárias vigentes e guardam compatibilidade com a legislação de finanças públicas.

No relatório, Pimenta observa que acolheu todos os parâmetros econômico-fiscais da proposta orçamentária do próximo ano. “A expansão prevista na proposta, de 3% do PIB em 2015, embora considerada otimista segundo prognóstico mediano do mercado, reflete a determinação do governo de perseguir a meta de crescimento com as medidas de estímulo ao investimento e à produção que têm sido adotadas e as que estão em gestação”, afirma.



Para Renan Calheiros, a falta de quórum foi o principal impedimento para a votação do superávit na quarta-feira

Projeto do superávit será votado terça-feira, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, manifestou ontem confiança de que o Congresso vote na próxima semana o projeto que desobriga o governo federal de realizar superávit primário este ano (PLN 36/2014). Enviada pelo Executivo, a proposta altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014.

Ao chegar ao Senado, ele disse esperar que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) conclua na manhã de terça-feira o exame do relatório do senador Romero Jucá favorável ao projeto e, às 15h, o Plenário do Congresso decida sobre 38 vetos presidenciais que têm preferência na pauta.

— Se houver quórum, nós concluiremos a votação da mudança na LDO [com a deliberação de Plenário]. Se não houver, nós marcaremos a sessão seguinte ainda na pró-

xima semana — disse Renan.

Para ele, não houve cochilo da base aliada quando a oposição, mesmo em minoria, conseguiu impedir a votação do relatório de Jucá na reunião de quarta-feira da CMO.

— É que nesse período do ano legislativo não é fácil garantir quórum. Essa tem sido uma dificuldade, porque o Congresso foi renovado, muitas pessoas estão desmotivadas e é preciso que haja uma mobilização grande para que nós tenhamos quórum e possamos deliberar no Congresso Nacional — explicou.

Segundo Renan, o adiamento não decorre de “insatisfação” na base de apoio ao governo, e, sim, de “um quadro de indefinição evidente”.

— Mas eu acho que isso vai serenar — acrescentou.

O relatório de Jucá, com um substitutivo ao projeto original

do governo, havia sido aprovado em reunião tumultuada da CMO na terça-feira. A decisão acabou sendo cancelada por acordo de governistas e oposicionistas em reunião com o presidente do Senado, no dia seguinte. Com isso, a CMO retomou a discussão do relatório a partir da leitura dele por Jucá, o que aconteceu na reunião de quarta-feira à tarde, mas a oposição conseguiu obstruir a votação.

Jucá substituiu a expressão “meta de superávit” do projeto por “meta de resultado” e rejeitou 80 emendas apresentadas.

O projeto, enviado ao Congresso na semana passada, permite ao Executivo deduzir da obrigação quanto ao resultado primário tudo o que gastou este ano com obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e com as desonerações tributárias. Com

o texto, poderá haver desconto bem superior aos R\$ 67 bilhões anteriormente previstos na LDO como passíveis de dedução da meta fiscal de 2014.

Vetos em pauta

Entre os 38 vetos a serem analisados, o principal é o que rejeitou integralmente as novas regras para a criação de municípios (PLS 104/2014 — Complementar). Originado no Senado e aprovado em agosto, o projeto foi uma segunda tentativa de regular a matéria, após uma proposta anterior também vetada pela Presidência da República.

Há ainda quatro projetos na pauta da sessão, dos quais três abrem créditos orçamentários para os Ministérios das Cidades e da Previdência Social, para as Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e para o Ministério Público da União.

Emenda à LDO tem objetivo de equipar Exército com blindados

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) está recomendando a inclusão da aquisição de 14 blindados modelo Guarani entre as prioridades orçamentárias para o próximo ano. Os veículos deverão substituir parte da atual frota do Exército, formada por veículos que estão operando há mais de 30 anos.

A medida é recomendada por meio de uma das três emendas da comissão ao Anexo de Metas e Prioridades, que integra o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano que vem (LDO 2015). Elas foram aprovadas na reunião de ontem, escolhidas entre as 43 que foram apresentadas pelos senadores.

Outra emenda acolhida pela CRE sugere que se-



Flexa Ribeiro relatou as emendas aprovadas ontem pela comissão

jam previstos recursos e prioridade na aplicação de investimentos no Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron).

A verba deve atender a implantação de dois sistemas de monitoramento e controle, com infraestrutura e tecnologias para garantir comunicação em rede entre todos os escalões.

A Comissão de Relações

Exteriores sugeriu ainda a previsão de recursos para a realização de 800 eventos de difusão cultural e divulgação do Brasil no exterior. Para os senadores, a divulgação dos produtos e serviços nacionais pode favorecer a conquista de consumidores e novas parcerias com investidores.

Outras 15 emendas referem-se ao texto do projeto, especificamente ao Anexo 3, que trata das despesas que devem ficar protegidas de medidas de contenção de gastos se houver necessidade de cortes.

O relator das emendas da comissão foi o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Agora as proposições serão encaminhadas para análise da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que, então, dará a decisão final.

Relatório final das diretrizes deve ser votado até o dia 28

Ontem foi o último dia para apresentação de emendas ao projeto de LDO para 2015, que tem como relator o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB). O quantitativo das emendas deve ser disponibilizado hoje no site da CMO (<http://bit.ly/EmendasLDO2015>).

Durante a semana, foram protocoladas emendas das 11 comissões permanentes do Senado e das 22 comissões permanentes da Câmara, além das emendas dos parlamentares e de bancadas. As emendas, a serem avaliadas por Vital, vão integrar o rela-

tório final da proposta (PLN 3/2014), cuja votação poderá ser concluída até o dia 28.

Não há limite ao número de emendas a serem apresentadas ao projeto. Já para o Anexo de Metas e Prioridades da proposta orçamentária, há limite de até três emendas por bancada, comissão e congressista. Desde 2012, o Executivo envia ao Congresso o projeto de LDO sem esse anexo. O próprio Congresso incluiu o documento no texto da proposta. A presidente da República, entretanto, pode vetar o anexo totalmente ou em parte.

Representantes de pescadores e de empresários do setor dizem, em debate, que gestão compartilhada com Ministério do Meio Ambiente dificulta o avanço da atividade

Entidades pedem Ministério da Pesca autônomo

ENTIDADES QUE REPRESENTAM o setor pesqueiro querem que o governo dê autonomia para o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) na gestão dos recursos do setor e acabe com o sistema atual, no qual a competência é dividida com o Ministério do Meio Ambiente (MMA). A reivindicação foi feita ontem, em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, Abraão Lincoln da Cruz, disse serem permanentes os conflitos entre os ministérios, o que estaria comprometendo a atividade. Ele afirmou que as exigências ambientais são exageradas e sem embasamento técnico.

— Como é que um país que tem 8 mil quilômetros de costa e 12% da água doce do planeta é o maior importador de pescado da América do Sul? Será que os pescadores são incompetentes? Ou será que o governo precisa olhar o setor com outros olhos?

Para o presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura, Armando Burle, a gestão conjunta é um erro, já que o Ministério da Pesca prioriza o fomento, e o do Meio Ambiente, a preservação ambiental.

— O que deveria ser um debate entre as duas instituições se transformou em verdadeira banca de negociação e barganha. O MMA, para aprovar uma regulamentação para gestão pesqueira, utiliza de artifício de troca e imposição de exigências adicionais — disse.

O presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil, Elizeu Augusto de Brito, disse que pescadores e empresários defendem a proteção de estoques animais e preservação dos recursos hídricos.

— Quem primeiro zela pela qualidade da água é quem precisa dela.

Representante do Ministério da Pesca, Luis Sabanay explicou que, quando da criação do órgão, o entendimento do governo foi de que o MPA não poderia estabelecer regras sobre estoques de peixes ou utilização de água, sendo então previsto o ordenamento conjunto com o MMA.

Sabanay defendeu, no entanto, a criação de uma nova regra que tenha em conta a importância econômica do setor, que tem crescimento em torno de 10% ao ano e envolve 2 milhões de pescadores.

Ele observou que as condições atuais da pesca no país resultam em desperdício. Um problema que, se

eliminado, permitiria aumentar em até 20% o volume de produto ofertado no mercado, sem a necessidade de ampliar as áreas de exploração.

No mesmo sentido, Otacílio de Lima Araújo, secretário-executivo do Ministério da Pesca, disse esperar que, com o fim das barreiras provocadas pela gestão conjunta, haja um salto no setor.

Benedito de Lira (PP-AL), que preside a CRA, concordou que a eficiência do Ministério da Pesca será maior sem as amarras da gestão compartilhada com

o do Meio Ambiente. O senador aposta no entendimento entre os dois órgãos.

— Tem que haver conciliação, não pode ser olho por olho e dente por dente. Brevemente, faremos o encontro entre o Gabinete Civil, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Pesca, as autoridades constituídas deste país, para que a gente possa encontrar os caminhos pacíficos de convivência — frisou o parlamentar.

Benedito comprometeu-se a marcar uma reunião na Casa Civil da Presidência da República para tratar do tema.



Benedito de Lira (4º à esq., à mesa) promete reunião com órgãos do governo para rediscutir o assunto

Economia e corrupção preocupam Simon



Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou preocupação com os rumos do país diante das denúncias

de corrupção e dos desequilíbrios econômicos revelados desde a reeleição da presidente Dilma Rousseff.

O senador comentou notícias internacionais sobre a corrupção no Brasil e afirmou que o povo brasileiro merece um destino melhor, com mais responsabilidade por parte dos homens públicos.

— Se a eleição não tivesse ocorrido há 20 dias e fosse daqui a um mês, seria como se estivéssemos em outro país. O debate seria completamente diferente e o resultado, provavelmente, seria também diferente, porque, desde o dia em que se proclamou o resultado até hoje, os acontecimentos que vêm se verificando realmente mexem com o povo e com a gente — avaliou.

Simon expressou otimismo com o clamor do povo por mudanças e anunciou que, encerrado o mandato parlamentar, pretende conversar com os jovens e partir para um “chamamento à ordem e à razão” que permita fazer as reformas necessárias para a nação.

No entanto, ele classificou como “um equívoco” a reivindicação de intervenção militar.

Requião cobra votação de projeto em Plenário



Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou requerimento para que projeto que acaba com doações

de empresas para campanhas eleitorais seja votado logo pelo Plenário. O senador reclamou que, desde maio, a proposta está pronta para ser incluída na ordem do dia. Ele lembrou que, pelo Regimento Interno, nenhum projeto pode ficar nessa situação por mais de um mês.

Para Requião, o projeto (PLS 60/2012) garante um pressuposto fundamental da democracia: a separação entre os interesses público e privado. Ele disse que grandes empresas doam dinheiro a campanhas para garantir a defesa dos próprios interesses.

— Empresa não é cidadão, empresa não tem direito a voto. Voto é prerrogativa de ser humano, pessoa física. Portanto, somente a ela [pessoa física] deve ser dada a oportunidade de contribuir com as campanhas eleitorais. E, mesmo assim, dentro de limites bem claros: por exemplo, dois salários mínimos por contribuinte.

A proposta em questão é um substitutivo que Requião apresentou a projeto de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Mozarildo lê nota do TCE de RR contestando Jucá

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) leu nota de esclarecimento do Tribunal de Contas do Estado de Roraima em que a instituição repudia os ataques feitos por Romero Jucá (PMDB-RR).

No documento, o TCE esclarece como foi originada a auditoria que culminou com o afastamento cautelar do secretário municipal de Saúde de Boa Vista, depois de decisão unânime do Pleno do tribunal.

A medida, segundo o TCE, se deu por causa de irregularidades na licitação e na execução de contrato para fornecimento de remédios. No caso, foram constatados sobrepreço e superfaturamento, segundo a nota lida por Mozarildo.

O tribunal afirma, na nota, que todo o trabalho, executado seguindo normas internacionais de auditoria, não sofreu qualquer influência político-partidária. O texto acrescenta que nenhum gestor público pode se ver excluído do controle externo.

— Eu fiz questão de ler esse texto aqui, porque, quando comentei a denúncia de que havia sido afastado o secretário municipal de Saúde da capital Boa Vista, de Roraima, e que havia três processos com indício de corrupção, fui, de maneira muito violenta, contra-argumentado pelo senador Jucá, que partiu para o ataque ao tribunal, que, agora, emite essa nota — disse.

Casildo defende isenção a produção sustentável



Casildo Maldaner (PMDB-SC) considerou equivocada a decisão do governo federal de vetar dois

artigos da lei decorrente da Medida Provisória 651/2014 (Lei 13.043/2014), que trata de questões tributárias. Os vetos recaíram sobre dispositivos que ampliariam desonerações.

Foram vetadas isenções de PIS e Cofins para pneus novos produzidos a partir da borracha extraída de seringais da Região Norte e para pneus usados que passem por processos de reaproveitamento.

De acordo com Casildo, esses processos de fabricação são defendidos por ambientalistas. O primeiro, disse, contribui para a “manutenção da floresta em pé, gerando riqueza e valorizando o trabalho dos extrativistas”. O segundo trata da reciclagem de material usado.

— É uma questão de bom senso. É o pneu novo, mas feito da seringueira, borracha natural nossa, que não extrai, não derruba madeira, e a borracha da câmara também. E o segundo caso, pneus usados, para não deixar ao relento na natureza.

O senador disse entender que o governo tenta reequilibrar as contas públicas e rever desonerações, mas ressaltou que o setor é pequeno.

Kaká destaca problemas do Rio São Francisco



Kaká Andrade (PDT-SE) alertou ontem para a redução da vazão, da navegabilidade e da produção

de peixes do Rio São Francisco. Ele atribui o cenário à construção da Barragem de Sobradinho, na Bahia, na década de 70.

Até aquela época, segundo o senador, as várzeas de Sergipe e de Alagoas eram lugares onde se produzia arroz. Também havia lagoas formadas pelas cheias do rio, que permitiam uma grande produção de peixes.

Após a construção da barragem, disse Kaká, a vazão diminuiu em 35%, o que reduziu a navegabilidade de 1.370 quilômetros para 572 quilômetros.

Na opinião do senador, é importante revitalizar o rio, promovendo planejamento de cheias artificiais para encher as lagoas naturais e garantir a produção de peixes e de arroz às populações ribeirinhas:

— Devo manifestar minha indignação com o uso basicamente voltado para a geração de energia elétrica das águas do São Francisco. Dando absoluta prioridade a esse uso do rio, desconsideraram as dramáticas consequências da minguada na vazão para o baixo São Francisco no estado de Alagoas e no meu estado de Sergipe.

CPMI da Petrobras vai funcionar até 22 de dezembro

Para validar a prorrogação, era necessário o apoio de pelo menos um terço das duas Casas. O documento final, de acordo com o relator, Marco Maia, deve ser votado no dia 18

A CPMI DA Petrobras foi prorrogada até o dia 22 de dezembro. O requerimento da prorrogação foi lido em Plenário ontem por Jorge Viana (PT-AC), que presidia a sessão. A princípio, a comissão de inquérito funcionaria até 23 de novembro. Com a leitura, a prorrogação é automática.

O número total de assinaturas ainda está sendo confirmado, mas Viana informou que o número mínimo havia sido cumprido. Para que a prorrogação tivesse validade, era preciso que pelo menos um terço dos deputados (171) e dos senadores (27) manifestasse apoio à iniciativa.

O relator da CPMI, deputado

Marco Maia (PT-RS), informou que pretende se dedicar à finalização do relatório a partir de 3 de dezembro, para apresentá-lo no dia 10 e submetê-lo a votação em 18 de dezembro.

A pauta da próxima reunião ainda não foi divulgada pela presidência. No último encontro do colegiado, foi aprovada a quebra de sigilos do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, e novas convocações, entre elas as do ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque e do presidente licenciado da Transpetro, Sérgio Machado. As datas dos próximos depoimentos ainda não foram definidas.



Presidindo a sessão de ontem do Plenário, o senador Jorge Viana leu o requerimento de prorrogação da CPMI da Petrobras

CPI exclusiva do Senado debate segurança em plataformas na quarta-feira

A comissão parlamentar de inquérito que funciona exclusivamente no Senado para investigar irregularidades na Petrobras vai se reunir na quarta-feira, às 9h30, para ouvir dois depoimentos. O coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), José Maria Rangel, e o secretário de Relações Internacionais e Empresas Privadas da entidade, João Antônio de Moraes, são convidados para falar sobre os problemas de

segurança dos trabalhadores da companhia e sobre denúncias de lançamento ao mar de plataformas inacabadas.

A CPI não consegue quórum para se reunir desde 16 de julho. Desta vez, no entanto, o presidente da comissão, Vital do Rêgo (PMDB-PB), já avisou que haverá reunião:

— Lamentavelmente, a CPI do Senado não anda com os mesmos passos da CPMI por conta do quórum ser esvaziado pela ausência da oposição. A

reunião administrativa exige quórum mínimo para votação de requerimentos. Nas oitavas, não há essa necessidade. Portanto, na próxima quarta, podemos fazer a reunião só com a minha presença e a do relator [senador José Pimentel]— afirmou.

O Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense denunciou falhas de segurança em plataformas de exploração de óleo e gás da estatal brasileira. Segundo a entidade, a plata-

forma P-62 foi lançada ao mar, na Bacia de Campos (RJ), em janeiro deste ano, ainda sem estar concluída e sem todos os equipamentos de segurança necessários. Do tipo FPSO (navio que produz, armazena e transfere óleo), a P-62 está a 125 quilômetros da costa.

Em maio, a unidade chegou a ser interditada por uma semana, pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), conforme explicou à CPI a presidente da agência, Magda Chambriard.

A CPMI da Petrobras tem a participação de senadores e deputados e funciona paralelamente à CPI do Senado, com idênticos objetos de investigação: irregularidades envolvendo a Petrobras entre 2005 e 2014, relacionadas à compra da refinaria de Pasadena, nos EUA; lançamento de plataformas inacabadas; pagamento de propina a funcionários da estatal; e superfaturamento de refinarias, principalmente a de Abreu e Lima, em Pernambuco.

Cristovam propõe novas fontes de recursos para a educação

Já está pronto o relatório de Cristovam Buarque (PDT-DF) para a comissão temporária que estuda soluções para o financiamento da educação no Brasil. Em entrevista à Agência Senado, ele afirmou que procurou propor não só fontes de financiamento, mas mudanças na educação do país. A expectativa é de que o texto seja votado pela comissão nas próximas semanas.

— Primeiro, eu analisei quanto custa ter uma educação realmente de qualidade. Eu não procurei como financiar o sistema que está aí, mas um novo sistema, que substitua o atual. Depois, eu identifiquei 15 fontes de financiamento, de onde tirar o dinheiro para isso — explicou o senador.

Juntas, as 15 fontes de financiamento indicadas

pelo texto teriam um potencial de arrecadação de R\$ 887,9 bilhões em 2034. O valor é mais de quatro vezes superior aos R\$ 215,9 bilhões, que, segundo o senador, teriam de ser somados aos atuais investimentos para concretizar o projeto de mudança na educação.

Entre essas fontes, estão, por exemplo, o aumento da produtividade que seria obtido com a educação, a emissão de títulos públicos pelo Tesouro e o imposto sobre grandes fortunas. Há, ainda, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira para a Educação (CPME), que, criada, poderia arrecadar R\$ 93,5 bilhões.

Outra fonte apontada pelo senador é a redução de renúncias e desonerações, que resultaria em R\$ 249,8 bilhões ao ano. Outras fontes são recursos

recuperados pela Justiça nos casos de corrupção e contrabando e a suspensão dos gastos com publicidade do governo.

Cristovam propõe uma mudança na educação básica que inclui a federalização das escolas, projeto antigo do senador. Para ele, o modelo atual, municipalizado, divide as crianças em razão da desigualdade entre os estados.

O relatório também propõe investimentos em educação superior, com aumento de 67% nos recursos. O valor seria elevado de R\$ 48 bilhões para R\$ 80 bilhões em 2034. Outros R\$ 63 bilhões por ano seriam usados na eliminação do analfabetismo. O custo total para os três eixos sugeridos seria de R\$ 640 bilhões, o equivalente a 9,6% do PIB estimado para 2034.

Ana Rita aponta conferência como exemplo de participação social

Ana Rita (PT-ES) destacou a Conferência Nacional de Educação 2014 (Conae), que começou anteontem em Brasília, como exemplo concreto de como a sociedade pode contribuir na formulação de políticas públicas sem ferir atribuições do Congresso.

No caso da Conae, os participantes discutem os assuntos referentes ao setor e, entre outras ações, cobram dos governos o cumprimento de medidas previstas em lei e de promessas eleitorais.

Para a senadora, não procedem as críticas à Política Nacional de Participação Social.

— É fundamental atentarmos para a riqueza da participação social nas conferências, que agrega uma diversidade de atores que estão muitas vezes sub-representados no próprio Congresso — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Paim quer reflexão sobre situação das crianças brasileiras

Paulo Paim (PT-RS) lembrou que 20 de novembro não é só o dia de reflexão contra o preconceito, com a comemoração do Dia da Consciência Negra, mas também marca os 25 anos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

O senador disse que a data serve de reflexão sobre a realidade das crianças brasileiras, porque muitas ainda trabalham nas ruas, em plantações e em carvoarias. Ressaltando que o país já avançou na luta contra o trabalho infantil, Paim advertiu que o Brasil precisa ir mais longe, sendo fundamental punir quem explora crianças.

Ele alertou sobre a necessidade de o país aprimorar o combate à violência contra o menor.

— Ainda sobre a violência contra a criança, temos aí a Lei Menino Bernardo, recentemente aprovada pelo Congresso. É mais um instrumento relevante para coibir a violência em nosso país — disse.

Lúcia Vânia pede colaboração do governo para fim da guerra fiscal

Lúcia Vânia (PSDB-GO) lamentou a informação de que o governo desejaria adiar a votação de projeto de autoria dela que regulariza incentivos fiscais concedidos pelos estados para atrair investimentos (PLS 130/2014).

Ela explicou que a proposta, aprovada no início do mês pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), visa oferecer uma solução definitiva para a guerra fiscal, garantir segurança jurídica a estados e empresas e evitar que o problema acabe sendo resolvido pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A senadora advertiu que um adiamento pode fazer com que se perca todo o esforço feito pelo Senado em prol de acordo entre os estados e o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) em torno da matéria.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Guarda compartilhada recebe apoio em audiência

Para debatedores, instrumento diminui a possibilidade de alienação parental e é adequado para os 20 milhões de jovens brasileiros filhos de pais separados

PARTICIPANTES DA AUDIÊNCIA que discutiu ontem o instituto da guarda compartilhada dos filhos em caso de separação se mostraram favoráveis à aprovação de projeto que a torna automática na falta de acordo entre os pais (PLC 117/2013). Para eles, a guarda compartilhada diminui a possibilidade de alienação parental e seria mais justa e adequada para a formação e o cuidado dos cerca de 20 milhões de crianças e jovens brasileiros filhos de casamentos desfeitos.

O projeto, aprovado com versões diferentes em duas comissões, foi encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para ser revisto no que diz respeito a situações de violência familiar, como justificou Romero Jucá (PMDB-RR). O relator na comissão, Jayme Campos (DEM-MT), pretende apresentar o relatório na próxima semana.

— Devo apresentar emendas de redação — afirmou.

A única voz destoante da mesa de debates foi a do diretor do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), José Fernando Simão. Sem se posicionar contra o projeto, ele sugeriu vários ajustes a artigos da proposta em tramitação. Entre eles, a eliminação da possibilidade da dupla residência e a substituição da expressão “tempo de custódia física” em relação aos filhos menores por “convivência”. Para Simão, custódia refere-se a presidiários ou a animais e mantê-la no texto é “coisificar” a vida humana.

Ele apontou outras incongruências no texto, como a possibilidade de instituir a residência dupla dos filhos menores de pais separados que vivem em cidades distintas, o que gerará a guarda alternada, e não a compartilhada, “uma excrescência”, na opinião dele. Para Simão, o texto como está é um equívoco jurídico e um equívoco para o melhor interesse da criança. Caso aprovado, disse, será uma



Presidente da CAS, Moka (ao microfone) comanda audiência que discutiu texto que torna a guarda compartilhada automática se não houver acordo entre os pais

Juiz precisa de formação sobre alienação parental, diz especialista

As falsas acusações para afastar os filhos de um dos genitores ou dos parentes mais próximos, a chamada alienação parental, foram mencionadas por Maria Roseli Guiesmann, presidente da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude. Ela lamentou não existir, na tomada de decisões, sensibilidade dos atores da área jurídica para o problema.

falha de técnica legislativa.

— É um artigo caótico que não pode entrar no sistema jurídico brasileiro atual — avaliou.

Por sua vez, a juíza da 3ª Vara Especializada em Família e Sucessões de Várzea Grande (MT), Eulice Cherulli, apresentou números: em dez anos, o número de ex-casais que dividem formalmente a responsabilidade no cuidado com os filhos mais que dobrou, salto de 2,64% das decisões em 2002 para 5,95% em 2012. Ela mostrou-se defensora radical da guarda compartilhada.

Por isso, defendeu a formação dos juízes para lidar com a questão. Para ela, a aprovação do projeto dará mais subsídio ao magistrado quando ocorrerem divergências dos ex-casais por causa da guarda dos filhos.

— [O compartilhamento] é a melhor solução para a criança. Na experiência como magistrada, sei que é difícil, na prática, quando o casal se separou, fazer valer esse direito. Mas defendemos que

criança tenha convívio com os dois — declarou.

Analdino Rodrigues, presidente da Associação de Pais e Mães Separados, também apontou o número elevado de acusações de maus-tratos e abuso sexual apresentado somente com o intuito de afastar um dos genitores do convívio com o filho.

Ele afirmou ainda ser um equívoco adiar a votação da proposta — que já estava na pauta do Plenário — em

nome de revê-la por casos como o de Isabella Nardoni e Bernardo Boldrini, como justificou Romero Jucá (PMDB-RR). Rodrigues registrou que a avó de Bernardo já se manifestou favoravelmente à proposta.

— Dá-se o poder a um dos genitores e ao outro o ônus do pagamento da pensão, isso causa litígios, e são eles que causam toda essa problemática de disputas — disse.

baixo índice de compartilhamento de guardas no país, modalidade que defendeu com veemência. Para ele, o Judiciário é “alienador parental”.

— Se houvesse consenso, não precisaríamos da Justiça, da ação judicial. O Judiciário parece querer fazer crer que, se não há harmonia entre o casal, não se pode aplicar a guarda compartilhada. Isso aí é comodismo, é covardia para não pensar e ler o que temos de mais moderno na legislação e no entendimento do Judiciário nos tribunais superiores — afirmou.

Presidente da Comissão de Mediação do IBDFAM, Suzana Borges trouxe a vivência no Núcleo de Prática Jurídica da Universidade de Brasília (UnB), em Ceilândia, onde vê inúmeros juízes que já abrem a audiência dizendo não conceder a guarda compartilhada porque “não dá certo” ou “é coisa para rico”.

Para ela, exigir consenso entre os pais para a concessão da guarda compartilhada é distorcer o foco do problema, desviando a atenção do melhor interesse dos filhos para as disputas dos pais.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burtle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: André Falcão, Laércio Franzon, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Quatro nomes para embaixadas vão ao Plenário

A Comissão de Relações Exteriores sabatinou e aprovou ontem os indicados pela presidente Dilma para assumirem as representações diplomáticas do país na Polônia, Finlândia, Egito e Namíbia

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem quatro indicações da Presidência da República para o cargo de embaixador do Brasil. Os diplomatas são Alfredo César Martinho Leoni, para a Polônia; Antonio Francisco da Costa e Silva Neto, para a Finlândia; Eduardo Carvalho, para a Namíbia; e Ruy Pacheco

de Azevedo Amaral, para o Egito e, cumulativamente, para a Somália e a Eritreia.

Antes da votação das indicações, em reunião secreta, os diplomatas foram sabatinados pelos senadores. As indicações seguem agora para exame do Plenário.

A comissão também deu início à análise de mais quatro nomes indicados ao cargo de



Senador Mozarildo (C, à mesa) preside sabatina com Eduardo Carvalho (E), Martinho Leoni, Silva Neto e Azevedo Amaral

embaixador, com a leitura dos relatórios sobre qualificações. Entre eles, estão Fernando de Mello Vidal, designado para o Haiti, e Maria Teresa Mesquita Pessôa, para o Nepal.

A lista tem ainda Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, indicada para as embaixadas da Etiópia e do Sudão, cumulativamente; e Carlos Alberto Michaelsen den Hartog,

para representar o Brasil na Jamaica.

As sabatinas dos diplomatas e a votação das indicações ainda deverão ser marcadas pela CRE.

Martinho Leoni destaca determinação do povo polonês

Alfredo César Martinho Leoni, indicado para a Polônia, destacou a história do país. Lembrou que, durante o século 19, a Polônia esteve sem

território, retirado por potências europeias, e só conseguiu recuperá-lo em 1918.

A nação foi invadida pela Alemanha nazista em 1939

e, com o fim da 2ª Guerra Mundial, enfrentou 45 anos de dominação da União Soviética.

— Não há dúvida de que um elemento se sobressai, que é a determinação do povo e a capacidade de superação.

Para Leoni, essas características explicam os avanços da Polônia depois da plena recuperação da soberania, em 1989. Ele observou que o país é o que mais cresce na Europa.

O diplomata pretende dinamizar as relações comerciais bilaterais.

Azevedo Amaral propõe esforço para diminuir déficit comercial com egípcios

Na posição estratégica de ligação entre o Oriente Médio e a África, o Egito tem importância geopolítica fundamental, segundo o diplomata Ruy Pacheco de Azevedo Amaral, designado para embaixada no país. Para ele, o Egito pode exercer, para o Brasil, papel importante de interlocutor. A população é a maior do mundo árabe e a terceira maior da África, onde detém o terceiro maior produto interno bruto (PIB).

— O país é, de certa forma, o coração do mundo árabe, “meca” dos estudos islâmicos, com influência política e cultural imensa — disse.

O Egito é o terceiro maior destinatário das exportações brasileiras para a África, com 20% do total, assinalou Azevedo Amaral. Em comparação com o Oriente Médio, o país só fica atrás da Arábia Saudita em parceria comercial com o Brasil.

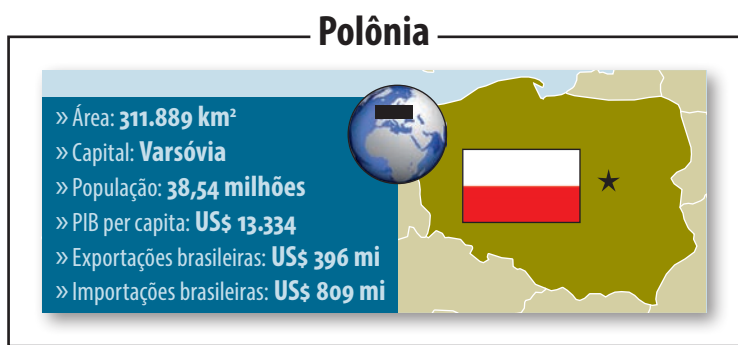
De acordo com o diplomata, as exportações brasileiras para o país africano ficam um pouco abaixo do que o Brasil vende para França ou a Espanha, enquanto as importações vindas do Egito representam 10% desse volume.

— É um comércio muito desequilibrado, e valeria a pena um esforço para diminuir esse déficit tão grande.

Azevedo Amaral abordou ainda a situação política e econômica da Somália e da Eritreia, onde, cumulativamente, irá representar o Brasil. No caso da Somália, salientou a “situação humanitária desesperadora”, com quase 3 milhões de pessoas ameaçadas de “padecer de fome se não houver auxílio imediato”. Lembrou que, nesse país, em 1991, após a derubada do governo, os grupos de oposição não conseguiram formar uma coalizão e teve início uma guerra civil que segue até hoje.

A Eritreia, que ganhou independência da Etiópia em 1993, também apresenta condições dramáticas, segundo o diplomata. É um dos países mais pobres do mundo e sofre com conflitos internos. O governo enfrenta sanções decretadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) por conta da acusação de fornecer armamento aos opositores do governo da Somália e por negar-se a resolver disputa fronteiriça com o Djibuti.

— O realismo nos impõe reconhecer que são limitadas as perspectivas de adensamentos das relações com os dois países, embora nossos interesses nos obriguem a manter canais de comunicação abertos — concluiu.



Costa e Silva Neto quer ampliação de investimentos finlandeses no Brasil

O indicado para a Finlândia, Antonio Francisco da Costa e Silva Neto, salientou os altos índices de desenvolvimento e a sólida política social do país, 24º colocado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Segundo Silva Neto, o Brasil é o principal destino dos investimentos finlandeses na América Latina.

O diplomata disse que, caso venha a ser confirmado

para o cargo, pretende continuar buscando os objetivos prioritários nas relações do Brasil com a Finlândia definidos em acordo bilateral. Entre eles, o interesse em transferência de tecnologia, cooperação em pesquisa e inovação, parceria na educação e ampliação dos investimentos finlandeses no Brasil nas áreas de papel e celulose, indústria naval, extração de petróleo e defesa.



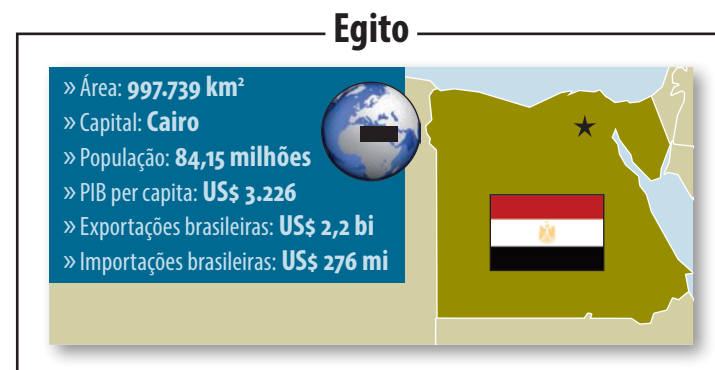
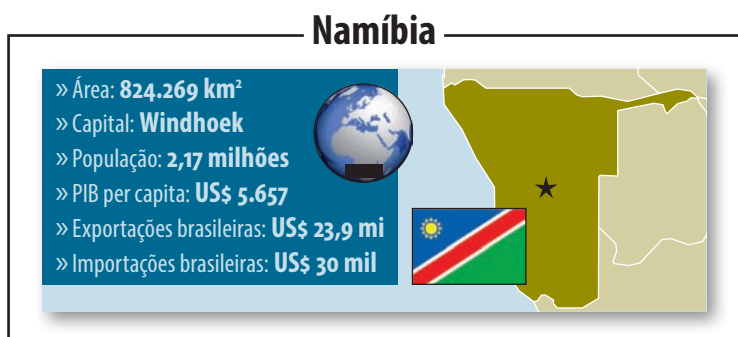
Comércio maior com namibianos é objetivo de Carvalho

Eduardo Carvalho, que poderá assumir a embaixada na Namíbia, lembrou que o país se tornou independente da África do Sul em 1990.

Também destacou a cooperação militar com a Namíbia. O Brasil é responsável pela formação de 80% dos oficiais da Marinha do país africano.

— Temos, portanto, uma força militar amiga. Ela fala português, coisa rara em qualquer país — disse.

Há ainda parceria na educação, mas o comércio bilateral é muito pequeno, segundo Carvalho. Ele afirmou que as relações podem se intensificar no campo dos serviços, com a participação de empresas brasileiras na construção de infraestrutura em estradas, portos e aeroportos e, no futuro, na exploração de prováveis jazidas de petróleo.



Fonte: Ministério das Relações Exteriores

Senado homenageia a cultura afro-brasileira

No Dia Nacional da Consciência Negra, sessão especial marcou a entrega da Comenda Abdias Nascimento a sete personalidades que se destacaram na luta contra o racismo

“VALEU, ZUMBI! O grito forte dos Palmares. Que correu terra, céus e mares. Influenciando a abolição.” Os versos da canção *Kizomba, Festa da Raça* deram o tom de sessão especial que marcou a entrega da Comenda Abdias Nascimento, na primeira edição. O evento ocorreu na manhã de ontem, Dia da Consciência Negra, no Plenário do Senado: sete personalidades foram agraciadas por terem se destacado na promoção da cultura afro-brasileira.

Um dos homenageados, o cantor e compositor Martinho da Vila, cantou a música no encerramento da sessão. Antes, saudou a iniciativa.

— O Senado dá hoje um grande passo na direção da erradicação do racismo. Sonho com o dia em que não haverá a necessidade de movimento negro no Brasil — afirmou.

Além de Martinho, foram homenageados o ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); o também músico Gilberto Gil; a militante do movimento negro Edna Almeida Lourenço, conhecida como Ekdje Edna de Oiyá; o ator Milton Gonçalves; o professor Silvio Humberto dos Passos Cunha, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), na Bahia; e, *in memoriam*, o pescador Francisco José do Nascimento (1839–1914), o Dragão do Mar, famoso pela

luta abolicionista no Ceará.

— Que essa homenagem sirva de reflexão sobre o preconceito racial que persiste no país e que seja também um incentivo para construirmos um país mais justo e mais humano — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

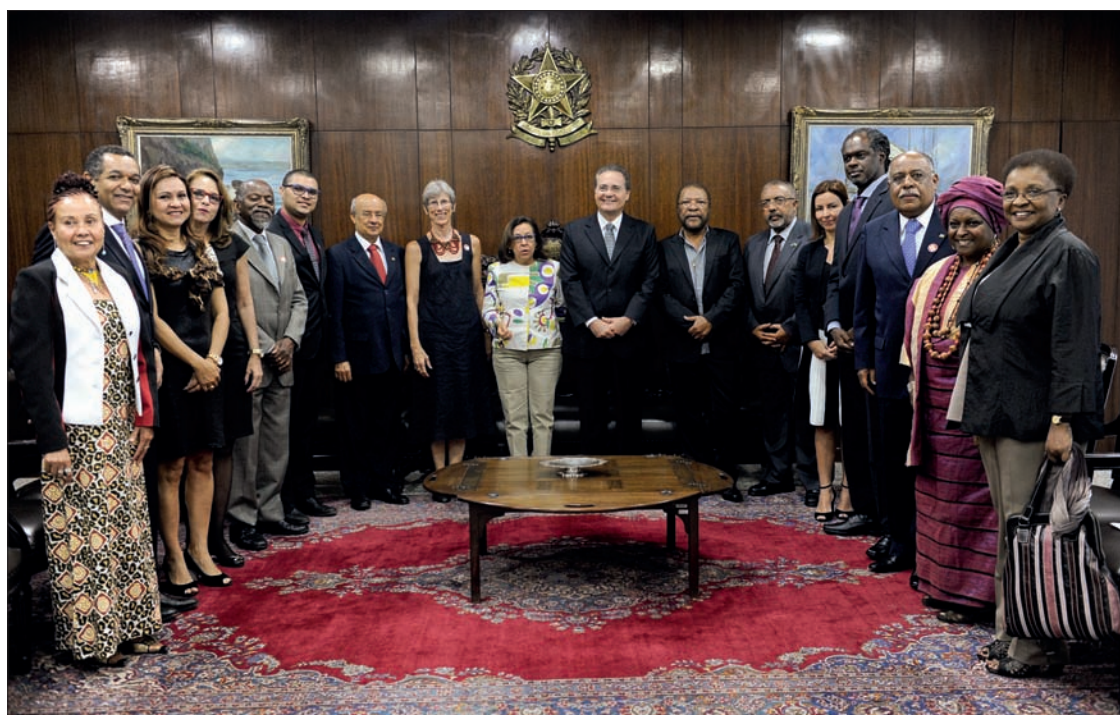
Gilberto Gil foi representado por Grace Passos Stefanini, assessora dele e ex-chefe de gabinete no Ministério da Cultura. Milton Gonçalves, por Eloi Ferreira de

Araujo, ex-ministro-chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Francisco José do Nascimento, único já falecido entre os condecorados, foi representado por Paulo Victor Gomes Feitosa, secretário-adjunto da Cultura do Ceará.

A data (20 de novembro) faz referência à morte de Zumbi, em 1695, o então líder do Quilombo dos Palmares — entre Alagoas e Pernambuco. Zumbi é considerado um ícone da luta pela igualdade racial.

Um dos idealizadores da comenda, Paulo Paim (PT-RS), saudou a memória de Abdias Nascimento (1914–2011). Abdias foi senador e deputado federal pelo Rio de Janeiro, jornalista e militante do movimento negro. Esteve à frente de projetos pioneiros na luta pela igualdade racial no país, como o Teatro Experimental do Negro e o jornal *Quilombo*.

Martinho da Vila cantou samba sobre Zumbi dos Palmares



Homenageados na sessão especial e autoridades convidadas são recebidos pelo presidente Renan Calheiros e senadores

Paim citou alguns avanços no combate ao preconceito e na valorização do negro, como a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e da Lei de Cotas, mas lamentou a desigualdade ainda existente no mercado de trabalho e o alarmante índice de jovens negros assassinados.

— Apelo a todos as autoridades para unir forças para acabar com o genocídio da juventude negra. Morrem quase três vezes mais negros do que não negros — afirmou.

A violência contra jovens negros também marcou o discurso da outra idealizadora do prêmio, Lídice da Mata (PSB-BA). Ela disse que o país parece enfrentar um retrocesso nos direitos humanos, com os crescentes casos de injúria racial no futebol, intolerância

contra religiões de matriz africana e assassinatos de negros.

— Persistem as consequências trágicas do mais longo período de escravidão da história moderna — disse a senadora, sugerindo criação de uma CPI sobre o genocídio de jovens negros.

Viúva de Abdias, a professora Elisa Larkin Nascimento disse ser importante a criação de um fundo nacional da igualdade racial.

— É necessário que recursos já contemplados pelo estatuto, mas que não chegam a ser empenhados no Orçamento, sejam dirigidos para lutar contra o genocídio de jovens negros — disse Elisa. Também estiveram presentes

ao evento a ministra da Seppir, Luiza Bairros; os senadores José Pimentel (PT-CE) e José Agripino (DEM-RN), o embaixador da África do Sul no Brasil, Mphakama Mbete; e a ministra interina da Cultura, Ana Cristina Wanzeler, entre outras autoridades.

A comenda foi instituída em novembro de 2013, pela Resolução 47, oriunda de projeto de Lídice e Paim. A escolha é feita por um conselho formado por representantes de todas as bancadas do Senado. Os nomes podem ser indicados por senadores, deputados federais e entidades nacionais que atuam pela proteção e promoção da cultura afro-brasileira.

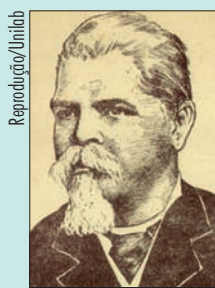
Paim e Lídice falaram de avanços e desafios na questão racial



Jose Cruz/Agência Senado

Benedito Gonçalves

Nasceu em 30 de janeiro de 1954, no Rio de Janeiro. É formado em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e se especializou em direito processual civil. Desembargador federal desde 1988, assumiu o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça em 2008.



Reprodução/Unilib

Francisco José do Nascimento (in memoriam)

Francisco José do Nascimento (Aracati-CE, 15 de abril de 1839 — Fortaleza, 5 de março de 1914) é considerado um expoente na luta abolicionista. O Dragão do Mar, como ficou conhecido, ajudou na libertação de escravos na então província do Ceará, em 25 de março de 1884, quatro anos antes da Lei Áurea.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Martinho da Vila

Martinho José Ferreira nasceu em 12 de fevereiro de 1938 em Duas Barras (RJ). Foi o primeiro sambista a ultrapassar a marca de 1 milhão de cópias vendidas. É presidente de honra da escola de samba Vila Isabel.



Jane de Araujo/Agência Senado

Edna Almeida Lourenço

Natural de Campinas (SP), onde nasceu em 13 de novembro de 1951, Edna é conhecida como Ekdje Edna de Oiyá. É militante do movimento negro e fundadora da Coordenação do Grupo Força da Raça.



Jane de Araujo/Agência Senado

Milton Gonçalves

O ator e escritor nasceu em Monte Santo de Minas (MG) em 9 de dezembro de 1933. Com mais de 70 filmes e 80 novelas no currículo, é também conhecido militante do movimento negro.



J. Freitas/Agência Senado

Gilberto Gil

Gilberto Passos Gil Moreira nasceu em 26 de junho de 1942, em Salvador. O compositor, cantor, multi-instrumentista, político, escritor, ambientalista e empresário já recebeu inúmeros prêmios, incluindo o Grammy Latino. Foi também ministro da Cultura.



Reginaldo Ipe

Silvio Humberto dos Passos Cunha

Nasceu em Salvador. É doutor em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (BA) e fundador do Instituto Cultural Steve Biko, que atua na valorização da comunidade negra.